

GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 6 de agosto de 1992

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
Roberto Muller Filho
Roberto de Souza Ayres
José Andretto Filho

Página 4

Os constrangimentos políticos aos quais o País tem sido submetido já seriam, por si sós, suficientes para justificar um pessimismo informado quanto às perspectivas da economia.

São tantas, tão variadas, as dificuldades com as quais os administradores da economia têm de se defrontar, que chega a causar espanto o fato de não estarmos em situação pior do que a que vivemos no momento.

Diante da aceleração das contrariedades enfrentadas por Brasília, todas elas capazes de infligir danos consideráveis às contas nacionais, seria de bom alvitre que o Palácio do Planalto levasse na mais alta consideração todas as conseqüências que podem decorrer de um privilegiamento dos interesses políticos em detrimento da racionalidade administrativa e econômica. Uma eventual desestabilização da equipe econômica, por exemplo, poderia liberar forças poderosas contra a discutível, mas existente, estabilidade de curto prazo com a qual aprendemos a conviver.

São inúmeras as frentes nas quais se fazem necessários cuidados e atenções imedia-

Perigos de se permitir explosão inflacionária

tas do Palácio do Planalto e dos gestores da economia.

Concentremos nossa atenção nos indícios inequívocos de que as taxas de inflação tendem a apontar para cima no corrente mês de agosto.

Mais uma vez, as tarifas públicas aparecem com destaque na lista de responsáveis pelas pressões sobre os preços, de tal forma que alguns especialistas consultados por este jornal chegam a cogitar da hipótese de que a combinação das majorações das tarifas de energia elétrica e de aumentos nos combustíveis poderia ter um impacto da ordem de 2,5% sobre o índice apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), da USP, neste mês de agosto.

A energia elétrica, sozinha, seria responsável por algo como 1% do acréscimo. Outras tarifas de serviços públicos também estariam embicadas para uma reaceleração em agos-

to, indicando que o governo teria embarcado numa antecipação de reajustes acima da inflação em julho e agosto, de forma a retirar a pressão sobre o mês de setembro, para quando se esperam as pressões altistas decorrentes do aumento no salário mínimo.

Há concordância, entre analistas de tendências diversas, no sentido de que, mais uma vez, tende a se aguçar o conflito entre os preços relativos do setor privado e do setor público, desvelando a recorrente incapacidade do Estado de gerar recursos para pagar suas próprias contas. Com a inflação apontando para um rompimento do elevadíssimo patamar dos 20%, por conta das fragilidades intrínsecas das contas públicas, fica cada vez mais evidente que a conta que o Estado está pedindo à sociedade para bancar está cada vez mais cara.

Diante desse quadro, a declaração do secretário executivo do Ministério da Econo-

mia, Luiz Antonio Gonçalves, no sentido de que os políticos, "como representantes legítimos da sociedade, é que devem escolher para onde vão os recursos públicos", lança mais uma sombra sobre as conseqüências que advirão para os cidadãos se se combinar a reescalada inflacionária com um relaxamento dos controles sobre os gastos públicos.

O governo, é sabido, não tem praticamente nenhuma margem para a acomodação das pressões políticas por maiores verbas. Em julho, a receita tributária foi inferior em 10%, em termos reais, à obtida no mês de junho, o que mais que justifica as intenções da equipe econômica no sentido de cortar gastos, não ampliá-los.

A inflação, que é o melhor sinal da persistente desordem econômico-financeira na qual vivemos, está sinalizando, no varejo, que se torna inescapável a necessidade de uma revisão e de um aprofundamento de iniciativas na frente econômica. O governo tem a obrigação de analisar com cuidado as conseqüências que advirão de, mais uma vez, subordinar o essencial ao acessório.